

DIMENSÕES DO HABITAR: PRESENÇAS, AUSÊNCIAS, INSURGÊNCIAS

Autor(a): Thaissa dos Santos Martins¹

Orientador(a): Glauci Coelho²

Resumo

O trabalho irá circular o tema habitar os espaços. Nesse sentido, o conceito de habitação transborda a ideia de moradia física e vincula-se ao conceito de direito à cidade. O estudo visa à compreensão do espaço urbano através de um percurso metodológico construído nas experiências vividas nos territórios do habitar, pela ótica da segregação espacial para entender as disputas existentes na cidade. Com isso, o tema irá se pautar em três perspectivas: As presenças, as ausências e as insurgências, abrangendo o espaço habitado enquanto manifestação social, lugar e direito. Portanto, o texto busca compreender, de forma breve, as dinâmicas que moldaram a distribuição territorial carioca, a partir da perspectiva da segregação e da desigualdade social que, em consequência, produziram espaços discriminatórios implícitos no planejamento urbano da cidade. Com isso, podemos conjecturar hierarquias sociais associadas às ausências estruturais quando pensamos nas cidades brasileiras, que iremos tratar como a construção de um urbanismo pautado na exclusão, o qual Maricato (2000) entende ter sido elaborado a partir da “centralização e racionalização do aparelho do Estado” (MARICATO, 2000, p.123), em que há uma “cidade oficial” – fruto do planejamento urbano do estado, e uma “cidade ilegal” – fruto da emergência do estar e habitar a cidade, que podemos entender como sendo os espaços onde “não chega” o planejamento. Com isso, desenvolvem-se processos em oposição a esses mecanismos de exclusão, que são os movimentos de lutas sociais, de resistência e de representatividade tocantes à solidariedade e à busca de direitos negligenciados, que vamos chamar de insurgências, baseando-nos no pensamento da arquiteta Faranak Miraftab (2016), que reconhece o planejamento insurgente como um exercício cidadão, que se expressa através de ações que compõe um planejamento urbano alternativo. A psicanalista Suely Rolnik (2019) afirma que, a partir da subjetividade capitalista, atendo no que diz respeito à nebulosidade da diferença entre público e privado e acúmulo de bens, podemos pensar a segregação territorial e as desigualdades sociais como consequências do sistema vigente, uma vez que ele desenvolve mecanismos que favorecem a disparidade de acessos na cidade, fazendo uma exiguidade de recursos essenciais, como a habitação, mesmo esses estando presentes nas normas e nas agendas governamentais. Assim sendo, podemos dizer que os grupos formados por essa divisão socioespacial buscam seu lugar, sua permanência ou sua reafirmação no território de disputas, que iremos entender como a presença dessa população no espaço urbano e questionar quais as condições dessas existências,

¹ <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>

² <http://lattes.cnpq.br/7078831044217853>

como corpos políticos, quando pensamos nas desigualdades de serviços e de acessos no território, em que a representação social na ocupação dos espaços é construída através do histórico de exploração, do patriarcado e da escravidão. É importante ressaltar que a contestação das minorias ultrapassa o reconhecimento da sua existência individual, articulando-se à noção de construção de sociedade, pensando na produção de um sujeito coletivo. (ROLNIK; FÉLIX 1996). Logo, como buscar essa presença, com ligação direta à construção de uma identidade coletiva, em um contexto de homogeneização dos espaços? O processo de globalização coloca em segundo plano a diversidade de pessoas, de lugares e, conseqüentemente, de culturas, causando uma carência identitária. Em decorrência disso, aqui, enfatizamos a invisibilidade do discurso das minorias, em um aspecto econômico, social e cultural. Com isso, surgem inquietações como: é possível mitigar a segregação socioespacial presente nas cidades brasileiras sem pensar a diversidade cultural e étnica no processo de formação dessas? O trabalho busca criticar a continuidade da construção de planejamento urbano pautado somente no poder representativo, com olhares reduzidos sobre a pluralidade de ocupar o território. Por conseguinte, o estudo problematiza a universalização, pensando de maneira crítica sobre a conjuntura, trazendo ao protagonismo o diferente (CALGARO, 2020) e uma democracia efetivamente participativa, buscando meios para que essa seja permanente e pertinente à construção de uma sociedade autêntica e pertencente ao seu tempo e espaço. Para construir essa narrativa, o trabalho olha para as práticas se aproximando da realidade do Rio de Janeiro, através do direcionamento dos nossos olhares sobre a produção da cidade a partir das experiências cotidianas existentes. Para isso, questionam-se os avanços dentro dessa temática, de direito à cidade, para pensar o espaço urbano por meio da análise de discursos-cidades, mediante o estudo de três práticas de produção do habitar: o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), com o estudo da ocupação Manoel Congo, a população em situação de rua e o Estado, com o projeto “Reviver centro”, concentrando a discussão na região centro do Rio de Janeiro, por ser um ponto de convergência na cidade.